



Regime de atraso

Outro tema que gerou críticas na Câmara foi o Projeto de Lei para ressarcimento de despesas realizadas na Semana do Hip Hop e Dia da Favela, em novembro do ano passado.

A julgar pelas informações coletadas junto à Prefeitura quanto ao ressarcimento do recurso para a Semana do Hip Hop, no valor de R\$ 17.346,00, houve responsabilidade das duas partes. Diz a nota da Prefeitura que o processo foi aberto no Departamento de Cultura em 18/07. Em virtude de dificuldades do contratado em formular a proposta, foram necessários muitos ajustes e a proposta final chegou ao e-mail da Cultura na data de 04/11, ainda com erros.

O departamento de Cultura deveria estar preparado, quem sabe com um tutorial para orientar sobre o passo a passo para estas contratações. Se não, situações como esta sempre serão justificativas para não contratar artistas locais, como vem acontecendo.

Além disso, o contratado também teve dificuldades para emissão de certidões, como exige a legislação.

Proatividade

Fica a sugestão para o departamento de Cultura organizar um workshop para interessados em fornecer eventos e apresentações artísticas. Também é papel do departamento de Cultura fomentar a capacitação dos artistas locais, preparando-os para poderem oferecer seus trabalhos artísticos não só para Montenegro, mas para outras cidades.

Como diz o velho ditado: "não basta dar o peixe, é preciso ensinar a pescar." Esta deve ser uma política de governo da Cidade das Artes.

MV Bill foi o Sesc

Já a contratação do artista conhecido nacionalmente teve outro formato, optando pela Dispensa de Licitação, através da contratação do Sesc Montenegro. A utilização do Sesc virou regra, para tornar o processo mais ágil e seguro.

Segundo informa a assessoria de comunicação da Prefeitura "a solicitação da proposta para a realização do Dia da Favela foi emitida pelo Departamento de Cultura ao Sesc em 22/08, retornando a resposta somente em 24/10, às 18h13 min", portanto, apenas 7 dias úteis antes da data do evento. Segundo a nota, prazo insuficiente para a tramitação interna. E assim o Sesc colocou a administração municipal em uma saia justa.

Destá vez passou. Mas, até mesmo os vereadores da situação não gostaram do pacote.

Posto na Costa

O vereador Valdeci A. de Castro, Republicanos, regularmente vai à Tribuna para elogiar e agradecer ao Prefeito Zanatta. Mas, nesta primeira sessão ordinária de 2023, ele teve um motivo muito especial. O parlamentar direcionou todo o montante da sua emenda impositiva, R\$ 367 mil, para o projeto do posto de Saúde na Costa da Serra, apostando na agilização por parte da administração municipal para aquisição de um prédio. A UBS Costa da Serra será responsável pelo atendimento à atenção primária da saúde aos moradores da localidade e também do entorno.



RECOP/VALOBI

"Plebiscito, se houver a necessidade, lá no futuro..."

A manifestação do presidente da Câmara, Felipe Kinn (MDB), após retornar da audiência na DPM – Borba, Pause e Perin Advogados, onde foi buscar um parecer sobre a realização de Plebiscito ou não, indica que a pressão dos moradores de Pesqueiro não vai mudar a estratégia da Câmara.

Percebe-se nas manifestações dos vereadores muita segurança de que a Lei Municipal, N° 6.967/2022 é suficiente para barrar a instalação de centrais de resíduos.

Destacamos algumas delas que corroboram este entendimento:



Plebiscito, se houver a necessidade, lá no futuro como último ato do poder público municipal, a anteceder a emissão da licença.

Felipe Kinn (MDB)



Pelo que nós ouvimos na Fepam esta Lei tem validade sim. Não estão liberando algumas empresas que querem se expandir em Montenegro, por causa desta lei

Paulo Azeredo (PDT), um dos autores da Lei



Se o Município não quer, não se instala" ... "quem diz se quer é Montenegro e não FEPAM

Ari Muller (PP) reportando pergunta que fez a Renato Chagas, presidente da FEPAM



Eu entendo ser desnecessária a realização de Plebiscito. A Lei por si só é suficiente. A FEPAM já avisou que não vai mais tramitar com processos...

Gustavo Oliveira (PP), um dos autores da Lei



Estes depoimentos apenas ilustram a posição unânime dos vereadores. Ratificando o alcance do dispositivo legal, os legisladores prometem adaptações na Lei, uma vez que a mesma já está impactando em algumas atividades da cidade que precisam destinar o tratamento de resíduos, oriundos da atividade em oficinas e outros serviços.

Embora todas as garantias apresentadas pelos vereadores, o medo da população permanece. Outra questão que justifica o temor da comunidade de Pesqueiro é o Mandado de Segurança contra o prefeito Gustavo Zanatta, impetrado pela Fundação Proamb, pedindo a anulação da certidão am-

biental nº 003/2020 expedida pelo Governo Kadu Müller. A decisão proferida em primeira instância é aguardada com ansiedade, pois ela pode sinalizar o entendimento da Justiça, com a relação aos impedimentos legais para instalação de centrais de resíduos.

A defesa apresentada pela Procuradoria Geral do Município, PGM, e pela área técnica do Meio Ambiente, estão muito bem elaboradas e fundamentadas. Entretanto, sabe-se que qualquer decisão em primeira instância pode não ser definitiva. É oportuno também sensibilizar o Judiciário da importância deste julgamento.

Se 2023 está acalorado, imaginem 2024

Alguns vereadores estão prevendo que 2023 será muito quente, com muitos embates e polêmicas. O presidente Felipe Kinn afirmou que em seus seis anos de mandato "é o ano mais tumultuado e de preocupações. No receso nunca teve tantos assuntos polêmicos."

Ari Muller foi mais incisivo: "Colegas, se preparem! Este ano começou turbulento. Nos meus 15 anos nunca passei por isto."

Será que este possível "acaloramento" tem a ver com a proximidade das eleições municipais de 2024?

Os dois principais temas que

ocupam os debates políticos - cassação de uma vereadora e a instalação da Proamb -, têm um alinhamento de posição por parte de todos os vereadores.

A expectativa agora é até quanto vai subir a temperatura, quando os vereadores divergirem de opiniões e interesses.



Ibiá, você conhece, você confia.

Montenegro e o Vale do Cai são privilegiados por ter um veículo como o Ibiá. A credibilidade, associada à ética, sustenta este trabalho há quatro décadas



SAIBA MAIS

A continuidade do jornal local depende de você. Apoie o Ibiá!